

ARTIGO

Que humano é esse das humanidades digitais? Por uma crítica hacker-fanoniana ao fardo do nerd branco

DEIVISON FAUSTINO

Universidade Federal de São Paulo
Santo André | São Paulo | Brasil
deivison.faustino@unifesp.br
orcid.org/0000-0002-3454-7966

WALTER LIPPOLD

Instituto de C&T da Universidade Federal Fluminense
Niterói | Rio de Janeiro | Brasil
prof.walter@proton.me
orcid.org/0000-0001-8368-4425

Neste artigo propomos um diálogo entre as teorias antirracistas e o campo das humanidades digitais, fundamentado no pensamento de Frantz Fanon e nas produções teóricas do hacktivism. Abordamos algumas possibilidades da história em uma sociedade digitalizada, mas também as contradições que se manifestam no fenômeno. As relações entre capitalismo, colonialismo e racismo são fundamentais para as pesquisas calcadas nas humanidades digitais. Embora o colonialismo, em Fanon, seja, antes de mais nada, uma forma particular de exploração econômica, a sua reprodução seria inviável sem o recurso a formas particulares de dominação e soberania onde os quais o racismo se apresenta como elemento fundamental. No artigo, partindo do método fanoniano da *sociogênia*, buscamos articular esses saberes com o campo das humanidades e história digital. No entanto, a natureza e a profundidade das violências que acompanharam o advento da modernidade e mesmo do humanismo ocidental, mas também a sua crítica nos permitem levantar as seguintes perguntas: que humano é esse das humanidades digitais? Quais possibilidades de contribuição teórica para a História emergem do entrecruzamento entre a crítica hacker-fanoniana e as humanidades digitais? O colonialismo está plasmado na teoria da história, sob a égide da ideologia do eurocentrismo, ocultando produções teóricas africanas e afrodiáspóricas, desdenhando das ferramentas intelectuais, métodos e conceitos cruciais para a compreensão de nossa sociedade. Assim como na cibercultura, o colonialismo digital projeta a ideologia californiana com a reabilitação do fardo do homem branco, agora reelaborado sob a égide do fardo do nerd branco. Aqui se projeta o horizonte dos Estudos Hacker-Fanonianos, o uso das tecnologias digitais na pesquisa e docência, deve acompanhar a compreensão de que modo eles são possíveis, quais relações de produção ocultam, como se realizam.

humanidades digitais, colonialismo digital, eurocentrismo, racialização codificada, Frantz Fanon

ARTICLE

Who is this human in digital humanities?
 A hacker-fanonian critique of the
 white nerd burden

DEIVISON FAUSTINO

Universidade Federal de São Paulo
 Santo André | São Paulo | Brasil
 deivison.faustino@unifesp.br
 orcid.org/0000-0002-3454-7966

WALTER LIPPOLD

Instituto de C&T da Universidade Federal Fluminense
 Niterói | Rio de Janeiro | Brasil
 prof.walter@proton.me
 orcid.org/0000-0001-8368-4425

In this article, we propose a dialogue between anti-racist theories and the field of digital humanities, grounded in the ideas of Frantz Fanon and the theoretical productions of hacktivism. We explore some possibilities of history in a digitalized society, but also the contradictions that manifest in the phenomenon. The relations between capitalism, colonialism, and racism are fundamental to research based on digital humanities. Although colonialism, in Fanon, is, above all, a particular form of economic exploitation, its reproduction would be unfeasible without the use of particular forms of domination and sovereignty in which racism appears as a fundamental element. In the article, starting from Fanon's sociogeny method, we seek to articulate this knowledge with the field of digital humanities and history. However, the nature and depth of the violences that accompanied the advent of modernity and even of Western humanism, but also their critique, allow us to raise the following questions: who is this human of the digital humanities? What theoretical contribution possibilities to History emerge from the intersection between the hacker-Fanonian critique and the digital humanities? Colonialism is embedded in the theory of history, under the aegis of the ideology of Eurocentrism, hiding African and Afro-diasporic theoretical productions, disregarding intellectual tools, methods, and crucial concepts for the understanding of our society. Just as in cyberculture, digital colonialism projects the Californian ideology with the rehabilitation of the white man's burden, now reworked under the aegis of the white nerd's burden. Here, the horizon of Hacker-Fanonian Studies is projected, the use of digital technologies in research and teaching, must accompany the understanding of how they are possible, what production relations they hide, how they are realized.

*digital humanities, digital colonialism, Eurocentrism,
 encoded racialization, Frantz Fanon*

INTRODUÇÃO

O nascimento da cibercultura foi celebrado com a possibilidade concreta de realização do acesso universal ao conhecimento e, ao longo de décadas, a tecnologia digital é conjurada como *deus ex machina*, que irá redimir todos os problemas humanos. Entusiastas da digitalização dos processos de produção acadêmica nos prometem uma revolução calcada no uso de ferramentas digitais e no acesso a documentos, fontes, artigos e demais produções científicas: seria uma transformação tão profunda como a passagem da oralidade para o uso da escrita. As humanidades digitais, este campo transdisciplinar de estudos e práticas, é pautado pelas possibilidades que mobilizam o repertório das humanidades para explorar as interseções entre as tecnologias digitais e a experiência humanas. No interior deste campo, mas em diálogo crítico com a primeira perspectiva mais otimista, emergem também as preocupações com a digitalização e plataformização da produção de conhecimento, como os processos de enviesamento dos algoritmos que comandam as plataformas utilizadas, ao extrativismo de dados e roubo de expertise empreendido por inteligências artificiais (I.A.s).

O debate atual sobre o uso de I.A., big data e *data science* no meio acadêmico, assim como as redes acadêmicas configuradas como redes sociais proprietárias, tornam evidentes as contradições inerentes à cibercultura e ao uso da tecnologia digital como mediação para o ensino e pesquisa. O crescente uso de softwares, nuvens e plataformas na pesquisa acadêmica suscita a reflexão sobre os fenômenos do colonialismo digital e da racialização codificada. Todo esse processo, de digitalização da produção de conhecimento histórico e a circulação de ideias científicas via ciberespaço, tende a transformar o pesquisador em hacker¹.

Concomitante ao processo de digitalização, manifesta-se uma demanda por produção teórica e metodológica que apoie a formação de pesquisadores, a pervasividade digital e a dataficação do mundo criaram novas fontes para os historiadores, mas também trouxeram consigo o perigo da ideologia do dataísmo que proclama a morte das narrativas. A sociedade pandêmica evidenciou dois pólos de uma contradição que atualiza a divisão territorial colonialista, apontada por Frantz Fanon (2022): a imersão digital e a exclusão digital. Em nossas aulas remotas, mergulhamos cada vez mais no ciberespaço e o celular, o smartphone, tão perseguido por professores, tornou-se nossa única mediação com os estudantes. Entregamos nossas redes de ensino, pesquisa e saúde nas mãos de *big techs* que extraem nossos dados vitais e os processam em *data centers* nos Estados Unidos. Por outro lado, soubemos que a maioria dos estudantes não possuíam conexão adequada para ver os documentários, acessar materiais didáticos e participar das aulas síncronas ou assíncronas. Muitas famílias durante

¹ Laitano (2020) analisa o fenômeno da transformação do historiador em programador, afirmando que desde a década de 1960, já se debatia essa questão: “De acordo com Anthony Grafton[...] a nova geração de historiadores será obrigada a incorporar competências informacionais. Deverá dominar códigos e linguagens de programação, e poderá perder o contato com fontes materiais, na medida em que passará a produzir livros em formato e plataformas digitais. Para Grafton, um intelectual da “velha guarda”, professor universitário desde os anos 1970, os novos tempos exigirão da história a capacidade de se adaptar ao digital, habilidade que não fazia parte do repertório curricular que o formou há algumas boas décadas. Apesar da ênfase, Grafton não é o primeiro historiador a idealizar um futuro digital para a disciplina. Em 1968, na revista *Le Nouvel Observateur*, o francês Emmanuel Le Roy Ladurie afirmava que ‘o historiador de amanhã será programador ou não será’” (Laitano 2020, 172).

a pandemia, dividiram a franquia de dados entre vários membros, limitando bastante o acesso à internet.

Paralelo a esse processo de exclusão, que limita o acesso aos benefícios inegáveis do desenvolvimento tecnológico, desenvolve-se uma série de debates críticos e práticas que articulam esses saberes com o campo das humanidades. No entanto, a natureza e a profundidade das violências que acompanharam o advento da modernidade e mesmo do humanismo ocidental (Fanon 2020; 2021a; 2021b; 2022), mas também a sua crítica (Maldonado-Torres 2008) nos permitem levantar as seguintes perguntas: que humano é esse das humanidades digitais? Quais possibilidades de contribuição teórica para a História emergem do entrecruzamento entre a crítica hacker-fanoniana e as humanidades digitais?

O colonialismo está plasmado na teoria da história, sob a égide da ideologia do eurocentrismo (Amin 1989), ocultando produções teóricas africanas e afrodiáspóricas, desdenhando das ferramentas intelectuais, métodos e conceitos cruciais para a compreensão de nossa sociedade. O eurocentrismo como uma das expressões acadêmicas da branquitude, reforça o racismo. A formação inicial docente e dos pesquisadores, está condicionada pelo currículo: o ente-objetivo que não só reproduz no seu conteúdo, mas principalmente em sua forma, a ideologia do eurocentrismo, por meio do quadripartismo francês. É neste sentido, que propomos problematizar o desenvolvimento tecnológico e as propostas críticas que o acompanha à luz das contribuições teóricas e políticas de Frantz Fanon sobre a alienação e a descolonização da tecnologia. O diálogo anticolonial no âmbito das humanidades digitais possibilita, acreditamos, a reivindicação de um “novo humanismo” (Fanon 2020), crítico radical do eurocentrismo, em seu universalismo excludente mas, ao mesmo tempo, aberto às universalidades concretas abertas pela interação histórica dos seres humanos com a natureza e consigo.

Para pensar as humanidades digitais em suas potencialidades, torna-se necessária a crítica ao colonialismo digital e a racialização codificada (Faustino e Lippold 2022), mas também ao fetichismo tecnológico, que se apresenta tanto na tecnofobia que elege as novas tecnologias como um inimigo apocalíptico quanto no entusiasmo imprudente, inebriado pelo mito prometeico do progresso inexorável. Urge caminharmos rumo a compreensão do verdadeiro custo social dessas tecnologias proprietárias, em geral, sediadas no Vale do Silício. Exalta-se as benesses do digital de um modo alienado e é nesse sentido que erguemos a crítica hacker-fanoniana: um processo de descolonização dos horizontes tecnológicos, não só no constructo digital em si, dos designs, mas também nas formas e conteúdos do ensino e pesquisa em História.

Aqui se projeta o horizonte dos Estudos Hacker-Fanonianos, o uso das tecnologias digitais na pesquisa e docência, deve acompanhar a compreensão de que modo eles são possíveis, quais relações de produção ocultam, como se realizam. Fanon nos ensina que capitalismo, colonialismo e racismo são elementos indissociáveis de uma totalidade concreta. Meia-noite, hora grande, no meio da encruza teórica crítica, conversaram Fanon e Marx, o Guerreiro-Sílex² e o Mouro. Como na música do Dj Dolores “Exú ciborgue na encruzilhada comandado por Ogum”, a crítica hacker-fanoniana transita nessa práxis da encruza, rumo ao sair da grande noite. Se o historiador e o sociólogo tendem a tornar-se hackers, que se aprenda além da questão técnica do saber-fazer (programação, uso de *data science* na pesquisa, etc), o espírito coletivo e a

² Como Césaire nomeou Fanon em seu poema “Por todas as palavras guerreiro-sílex”.

importância do ciência livre, da cultura livre, conhecer alternativas ao modelo proprietário de produção e gestão corporativa das big techs, dentro dos moldes da ideologia californiana (Barbrook e Cameron 2018). A projeção do hacker individualista, “*self made man*” do “*do it yourself*”, exaltada pela cultura pop é antagônica a ethos coletivista do hacktivismo.

Partimos do método da sociogênia, construído por Fanon em *Pele Negra Máscaras Brancas* (2020), e desenvolvido em *L’An V de la révolution algérienne*, e de sua análise das ligações entre capitalismo, colonialismo e racismo para dialogar com as humanidades digitais.

HUMANIDADES E HISTÓRIA DIGITAL POSSIBILIDADES E CONTRADIÇÕES

A tecnologia digital adentrou o campo das humanidades e transformou a área da História com a digitalização de acervos, documentos e fontes, com o acesso a bibliotecas, hemerotecas, além das possibilidades do uso de *data science*, análise e processamento de big data³. O uso de I.A. generativa e redes neurais artificiais que geram processamento de linguagem natural, através do aprendizado profundo (*deep learning*), também impacta a questão da produção de textos e coloca-nos reflexões sobre autoria e apropriação do intelecto geral em programas proprietários. Surge uma arqueologia da internet, pois na paisagem eletrônica do ciberespaço, já figuram vestígios e ruínas digitais, desde a época da arpanet. Isso colocou em voga a importância de novas metodologias, mas reforçou a importância crucial de compreender os fenômenos da tecnopolítica, do colonialismo digital e racialização codificada, para supra-sumir o caráter estranhado do uso da tecnologia atualmente.

Segundo Varella e Bonaldo (2021) a digitalização da História suscita mais do que a reflexão sobre o uso de ferramentas pelo historiador, coloca questões acerca da própria disciplina. Segundo eles vivemos um mundo pós-digital, o que “[...] não indica a superação, mas a imbricação do digital no real e do real no digital.” (Varella e Bonaldo 2021, 2). Entretanto, para compreender o fenômeno do digital é necessário adentrar a dialética do real e do virtual, do tangível e intangível. Digital significa armazenamento e processamento de dados sob a forma de código binário, dígitos, já o virtual é a potencialidade do vir-a-ser. A realidade é a efetivação de uma possibilidade concreta ou abstrata. Assim,

³ “Indagando sobre a importância dos Big Data historiografia Baerman (2015) observa que o rápido processo de digitalização em larga escala de dados e arquivos históricos cria novos repositórios culturais que permitem compreender fenômenos importantes como formação e integração de grupos étnicos. Essa nova estrutura de dados pode mudar radicalmente o modo como os historiadores imaginam o passado e promover uma ampla reorganização da nossa compreensão do presente, uma vez que o trabalho com Big Data permite a análise de séries longas de fatos remontando a séculos atrás” (Telles 2017, 21)

[...] o virtual não se opõe ao real, mas sim ao atual. Contrariamente ao possível, estático e já constituído, o virtual é como um complexo problemático, o nó de tendências ou de forças que uma situação, um acontecimento, um objetivo ou uma entidade qualquer, e que chama um processo de resolução: a atualização. [...] Por um lado, a entendido carrega e produz suas virtualidades: um acontecimento, por exemplo, reorganiza uma problemática anterior e é suscetível de receber interpretações variadas. Por outro lado, o virtual constitui a entendida: as virtualidades inerentes a um ser, sua problemática, o nó de tensões, de coerções e de projetos que o animam, as questões que o movem, são uma parte essencial de sua determinação (Lévy 1996, 16).

Podemos pensar a realidade do “virtual”, por exemplo, na comunicação analógica de uma voz. As ondas sonoras de uma palavra emitida por uma corda vocal são as mídias (meios de propagação) dos dados a serem captados por um tímpano e decodificado pelo cérebro humano. Mas os significados que lhes atribuímos no pensamento estão no campo do virtual. Pensamentos, em sua dimensão teleológica, são reais enquanto ente existente, embora intangíveis, enquanto não se objetivam através da ação humana. Se o virtual não é oposto ao real, o mesmo se pode dizer do universo digital, oferecido pelo computador. A intangibilidade que caracteriza os programas, aplicativos e algoritmos não é teleológica, mas causal. Ainda que possamos programar um robô (bot) para aprender a identificar padrões humanos de entrada de dados para que ele mesmo alimente e processe esses dados sozinho, ainda assim, ele só o fará se e como for programado para tal e a sua relativa autonomia segue determinada pelas leis causais de sua programação e propriedades físicas. A existência do universo digital somente é possível a partir da interação de pessoas, a partir de determinados meios físicos de comunicação codificada. Assim como na comunicação analógica, esses meios físicos demandam uma certa quantidade, velocidade e interação de massa e energia no tempo e no espaço, para que sejam possíveis. Existe algo que não seja real? Seria o virtual irreal? Qual é o lugar do *material* na chamada era do trabalho *imaterial*?

Em um mundo envolto pela materialidade das hiperconexões e grandes bases de dados, tornou-se um fato o fortalecimento dos esforços da história digital para confrontar as várias incertezas do mundo social enredado pela dimensão virtual. Esse modo de escrever e pensar a história confere suas próprias epistemologias e características disciplinares, conectando-se a um campo mais amplo das humanidades digitais. (Kosteczka 2021, 661).

Os estudos sobre o processo de digitalização da área de História, devem se ater a dois sentidos: como a digitalização transforma a prática da disciplina, dentro da pervasividade do uso da internet, mas também enfatizar o nascimento de uma história nascida nesses tempos de hiperfluxo de dados e informações (Laitano 2020). Certamente as possibilidades da história e humanidades digitais para ensino e pesquisa são infinitas, distante da tecnofobia, também buscamos não endossar um otimismo exacerbado, uma tecnofilia.

A projeção simbólica da passagem das ideologias disciplinares do fordismo-taylorismo, para a ideologia californiana das *big techs* - sediadas no Vale do Silício - foi a propaganda de lançamento do Macintosh, em 1984, pela Apple. Ridley Scott, diretor de Blade Runner, filme de 1982, aceitou comandar a propaganda, que foi veiculada ao vivo no Super Bowl XVIII. A peça publicitária apresenta ao público-alvo uma estética orwelliana: inicia-se com homens

marchando, com uniformes rústicos, enquanto flashes de uma mulher correndo com uma marreta, e policiais da tropa de choque a perseguindo. As filas desaguam em uma sala de cinema, onde o Grande Irmão (Big Brother) enuncia, direto de uma grande tela, palavras de ordem contra a liberdade de pensamento e seus perigos, perante uma alienada plateia uniformizada. “Nós criamos pela primeira vez na história, um jardim de pura ideologia, onde cada trabalhador poderá florescer, longe das pestes que causam pensamentos contraditórios” - diz o Grande Irmão, ou seja, uma alusão da Apple a IBM e toda a “velha” indústria. A mulher corre até o cinema e lança a marreta na tela, causando uma grande explosão perante a plateia, quando se ouve e se lê a seguinte mensagem: “Em 24 de janeiro a Apple Computers irá introduzir o Macintosh. E você verá porque 1984 não será como “1984””. No caso o Grande Irmão da propaganda era uma referência direta a IBM e a mulher seria a própria Apple, desafiando a corporação que liderava a produção de computadores pessoais.

Anuncia-se uma nova era digital, com liberdade e individualidade, longe da padronização disciplinar fordista-taylorista e do modelo corporativo representado pela IBM, empresa com histórico de ligação com o nazismo e a tecnologia de administração dos campos de extermínio. A crítica da Apple, endereçada a IBM na propaganda que revolucionou o mercado publicitário, é o âmago da ideologia californiana, um amálgama entre liberalismo, tecnoutopia e tendências anti-autoritárias: a união do *hippie* com o *yuppie* (Barbrock e Cameron 2018).

Mesmo com a emergência de críticas fundamentais, no anterior das humanidades digitais, ainda sobrevive um entusiasmo perante as possibilidades da plataformização e digitalização da vida, pois estaríamos desburocratizando o mundo do trabalho. Após apresentar algumas teses críticas de Byung-Chul Han, Laitano (2020, 178), afirma que não concorda

[...] plenamente com essa visão tão cética –, estar on-line também significa uma redefinição construtiva de uma série de características do mundo do trabalho, cada vez mais prático e, no caso de operações básicas ou fundamentais, cada vez menos burocrático. A Uber, com todos os seus problemas, é uma opção de transporte mais barata que o táxi. Os serviços de streaming, da Netflix ao Spotify, possuem preços acessíveis. O compartilhamento de conteúdo acadêmico em redes sociais é um jeito prático de se manter informado e de informar os pares e interessados em atividades universitárias. Assim ficamos sabendo do lançamento de novos livros, da publicação do último volume dos periódicos mais importantes, dos eventos que acontecerão na próxima semana. É crucial que esses meios de comunicação sejam utilizados também como canais profissionais; a sua agilidade tem muito a acrescentar ao nosso ofício.

Estaria o mundo velho e burocrático do fordismo-taylorismo em processo de superação? As benesses desse processo de supra-sunção seriam a dinamicidade de novos tempos, a liberdade do serviço sob demanda, ou melhor, do *just in time*, da plataformização da economia e relações de trabalhos, com uma visão otimista do *crowdwork*.

No campo das História digital surgem também críticas veementes, como as produzidas por Fortes e Alvim (2020, 209):

A atuação nesse ambiente digital que permeia crescentemente a produção e circulação do conhecimento histórico desafia os pesquisadores a irem além de uma compreensão instrumental e consumista das novas tecnologias. Cada vez mais é necessário posicionar-se diante dos grandes enfrentamentos políticos relativos a questões como propriedade intelectual e políticas de informação científica.

A formação de historiadores e professores, dentro dos cursos de bacharelado e licenciatura em História, deve levar em conta o componente da tecnopolítica e do entendimento das contradições que movimentam o fenômeno da digitalização da produção do conhecimento histórico. Considerar as possibilidades das humanidades digitais sem ocultar as contradições é o caminho que defendemos.

Os estudos hacker-fanonianos buscam fortalecer a crítica ao mito prometeico da tecnologia como *deus ex machina*. Nesse sentido, concordamos com Fortes e Alvim (2020) em seus apontamentos, quando eles afirmam que

de um lado, encontram-se as grandes corporações multinacionais que oligopolizam não apenas o mercado de softwares, mas também o de publicações acadêmicas e das requintadas ferramentas de análise bibliométrica, que possuem grande impacto sobre a avaliação da produção científica e sobre as políticas de financiamento à pesquisa. De outro, o movimento global pelo desenvolvimento dos softwares livres, do acesso aberto e da ciência aberta, com a adoção de repositórios institucionais abrangendo produção científica e bases de dados. Ainda em um terceiro campo, a ação direta de ativistas como a cazaque Alexandra Elbakyan, condenada e perseguida por muitos, mas também reverenciada por um número ainda maior de pesquisadores, particularmente no Hemisfério Sul, que encontram na atividade pirata do Science Hub um importante instrumento para diminuir o gap que os afasta das condições de trabalho dos países ricos.” (Fortes e Alvim, 2020, 210)

Em uma sociedade de hiperinformação, a desinformação é reinante, a própria economia da atenção, fundamentada na captação de dados em plataformas, impulsiona a onda de *fake news*, teorias da conspiração e conteúdo anticientífico, como as bolhas antivax. É nesse cenário distópico cyberpunk, que vemos emergir uma renovada importância do ofício do historiador:

Para Jo Guldi e David Armitage, os historiadores, ao se apropriarem das ferramentas analíticas geradas pela tecnologia digital, podem desempenhar papel fundamental no enfrentamento da “sobrecarga de informação” que ameaça a capacidade de pensamento de longo prazo no mundo contemporâneo. Em comentários que ecoam, em um contexto profundamente alterado, os de Bloch nos anos 1940 e de Thompson nos anos 1970, Guldi e Armitage (2014, p. 88-117) caracterizam o ofício como particularmente apto ao exercício crítico do papel de curadoria que envolve problematizar simultaneamente múltiplas bases de dados.” (Fortes e Alvim, 2020, 211)

Tornar-se um historiador hacker passa por este processo, onde é fundamental compreender as possíveis contribuições do ofício no século XXI:

Em primeiro lugar, trata-se de analisar o potencial da massiva ampliação do universo de fontes potencialmente acessíveis e das ferramentas tecnológicas capazes de auxiliar (e até mesmo automatizar) a “classificação racional de informações” na produção de análises de qualidade superior no que diz respeito à “inteligibilidade do processo histórico”. Em segundo lugar, cabe refletir sobre os historiadores como profissionais treinados em uma disciplina dedicada a esse sofisticado processo de observação e análise capaz de gerar, a partir de vestígios oriundos de múltiplas temporalidades, novos e substantivos conhecimentos. Qual é a contribuição do ofício para o enfrentamento dos dilemas enfrentados pela sociedade em uma era marcada por fenômenos como Big Data, inteligência artificial (IA) e Fake News? Em que medida as habilidades intelectuais nutridas pela pesquisa histórica podem dialogar com a ciência da computação na geração de novas tecnologias orientadas a potencializar a ação humana diante dos desafios do presente e do futuro?” (Fortes e Alvim, 2020, 211)

As habilidades intelectuais desenvolvidas pela pesquisa histórica podem dialogar com as ciências da computação, não deixando de lado o aspecto essencial da tecnopolítica que abrange a crítica a alienação tecnológica, ou seja, o estranhamento na produção e uso de tecnologias digitais.

ALIENAÇÃO E TECNOLOGIA

A alienação tecnológica desenvolve-se como estranhamento-de-si, da alteridade e da própria atividade, ou seja, realiza-se como práxis estranhada em sua externalização e objetivação. Vivendo em um mundo da pseudoconcreticidade (Kosik 2002), os trabalhadores/usuários de tecnologia digital são plataformizados, e exauridos até o burnout, nos circuitos fabrilizados da cidade (Ferrari 2012). Tudo isso engloba o trabalho não pago que os usuários exercem nas plataformas, convocados a participar da produção, no *Call to Action* publicitário da economia da atenção, mas principalmente a precarização dos trabalhos uberizados, dos entregadores e motoristas de aplicativos.

Quando a atividade, o trabalho é estranhado, atravessado por mediações de segunda ordem, como a tecnologia proprietária, a práxis torna-se fetichizada, a objetivação como realização efetivação da potencialidade humana de criação, corrompe-se em um processo desumanizante, que transforma o produto em algo hostil ao produtor.

[...]No trato prático-utilitário com as coisas – em que a realidade se revela como mundo dos meios, fins, instrumentos, exigências e esforços para satisfazer a estas – o indivíduo “em situação” cria suas próprias representações das coisas e elabora todo um sistema correlativo de noções que capta e fixa o aspecto fenomênico da realidade. (Kosik 2002, 14)

O delírio do metaverso projeta a fuga de um cenário de destruição e colapso ambiental e social, a natureza arrasada pelo capitalismo, rumo a um paraíso artificial no ciberespaço. É um mundo fetichizado, mundo de aparências, brumas fenomênicas, este mundo da familiaridade, onde os usuários

digitais vivem a cotidianidade, a banalidade de um dia-a-dia espetacularizado nas redes “sociais” é uma manifestação do mundo da pseudoconcreticidade⁴ digital.

Câmara e Benicio (2017) nos ajudam a pensar a alienação tecnológica e o fetiche da tecnologia quando dizem que:

A astúcia das ideologias tecnicistas consiste em deixar visível o aspecto técnico do dispositivo midiático, da prótese, ocultando sua dimensão societal comprometida com uma forma específica de hegemonia. As imagens deixam de ser reflexos e máscaras de uma realidade referencial para se tornarem simulacros tecnicamente auto-referentes, embora político-economicamente a serviço de um tipo de gestão de vida social.

Na análise da alienação tecnológica, entra o fenômeno da monopolização: nossas ferramentas digitais, nuvens e networking pertencem às big techs, principalmente Google-Alphabet ou Microsoft. Não só nossas redes de ensino ficaram dependentes dessas corporações do Vale do Silício. O uso de aplicativos da Google, durante a pandemia, se intensificou: nuvens e plataformas como Drive, Docs, Suit for Education, Meet, Classroom, Forms e o motor de busca em si, que virou sinônimo de procurar informação. Todos esses softwares necessitam de hardwares, que por sua vez só podem ser produzidos com matérias-primas extraídas pelas violências implícitas à velha mineração. O colonialismo digital é um fenômeno que combina um alto desenvolvimento tecnológico e das forças produtivas nos países centrais capitalistas à extração predatória de minérios, dentro de uma partilha do mundo por potências tecnológicas, o extrativismo de dados e a racialização codificada (Faustino; Lippold 2023). Estamos vivendo uma verdadeira acumulação primitiva de dados (Lippold; Faustino 2022) e qualquer empecilho que se coloque na frente das big techs, é atacado por um lobby poderoso, como no caso do PL 2630 no Brasil, que visa regular o uso das redes para combater as fake news.

CAPITALISMO, COLONIALISMO E RACISMO CONCEITOS FUNDAMENTAIS NAS HUMANIDADES DIGITAIS

Para compreender o colonialismo digital é necessário retomar o pensamento fanoniano que correlaciona capitalismo, colonialismo e racismo. A burguesia em ascensão, enunciou um pseudouniversalismo, ou seja, a elevação de uma particularidade a uma suposta universalidade, onde o Homem, era... o branco europeu. Os direitos do Homem, a Igualdade, a Liberdade e a Fraternidade não foram estendidos aos colonizados, sendo a Revolução Haitiana

⁴ Aqui seguimos a definição de Kosik (2002, 15): “O complexo dos fenômenos que povoam o ambiente cotidiano e a atmosfera comum da vida humana, que, com a sua regularidade, imediatismo e evidência, penetram na consciência dos indivíduos agentes, assumindo um aspecto independente e natural, constitui o mundo da *pseudoconcreticidade*. A ele pertencem: O mundo dos fenômenos externos, que se desenvolvem à superfície dos processos realmente essenciais; O mundo do tráfico e da manipulação, isto é, da *práxis* fetichizada dos homens (a qual não coincide com a *práxis* crítica revolucionária da humanidade); O mundo das representações comuns, que são projeções dos fenômenos externos na consciência dos homens, produto da *práxis* fetichizada, formas ideológicas de seu movimento; O mundo dos objetos fixados, que dão a impressão de ser condições naturais e não são imediatamente reconhecíveis como resultados da atividade social dos homens.”.

o grande marco no sentido de expor os limites dessa ideologia. Analisando o eurocentrismo, Samir Amin (1989, 9) expôs o fundamento da contradição entre universalismo e antiuniversalismo

El eurocentrismo es un culturalismo en el sentido de que supone la existencia de invariantes culturales que dan forma a los trayectos históricos de los diferentes pueblos, irreductibles entre sí. Es entonces antiuniversalista porque no se interesa en descubrir eventuales leyes generales de la evolución humana. Pero se presenta como un universalismo en el sentido de que propone a todos la imitación del modelo occidental como única solución a los desafíos de nuestro tiempo.

As origens do modo de produção capitalista devem ser buscadas nas fraturas fundantes da modernidade: o colonialismo, o escravismo colonial e o racismo. Sem o colonialismo e o escravismo não ocorreria a acumulação primitiva de capital e a ideologia racista é produto da sociedade colonial. Ambos estão em uma relação dialética de determinações reflexivas (Faustino 2021a). O sistema colonial é pautado, em sua gênese, por uma fenda essencializante na relação *sujeito* e *objeto*. Este corte é incidido de maneira racializada, fixando o sujeito no colonizador e o objeto no colonizado. Esse corte desumaniza o colonizado e autoriza o uso da violência como principal método de intervenção colonialista. Ocorre uma suspensão ética, política e estética do colonizado, e toda a intermediação social que ocorre na metrópole é deixada de lado, para o uso massivo de violência, um verdadeiro capitalismo gore (Valencia 2019).

Nos países capitalistas, entre o explorado e o poder se interpõe uma multidão de professores de moral, de conselheiros, de “desorientadores”. Nas regiões coloniais, ao contrário, o policial e o soldado, por sua presença imediata, suas intervenções diretas e frequentes, mantêm contato com o colonizado e o aconselham, valendo-se de coronhadas ou bombas de napalm, a ficar quieto. Vê-se que o intermediário do poder usa uma linguagem de pura violência. O intermediário não alivia a opressão, não encobre a dominação. Ele as exhibe e manifesta com a consciência tranquila das forças de segurança. O intermediário leva a violência para dentro das casas e do cérebro do colonizado. (Fanon 2022, 34).

As relações entre capitalismo, colonialismo e racismo são fundamentais para as pesquisas calcadas nas humanidades digitais. Embora o colonialismo, em Fanon, seja, antes de mais nada, uma forma particular de exploração econômica, a sua reprodução seria inviável sem o recurso a formas particulares de dominação e soberania onde os quais o racismo se apresenta como elemento fundamental. Longe de representarem uma *nova* economia, distinta do *velho* capitalismo, as novas morfologias do trabalho, circulação de mercadorias e compartilhamento de informações via plataformas digitais aceleraram, intensificaram e inovaram as possibilidades de extração de mais valor tornando a teoria do valor ainda mais atual do que na época em que foi formulada (Ferrari 2012).

Isto não significa que esse *novo* possa ser desprezado pela crítica da economia política contemporânea, mas, ao contrário, que precisa ser concebido em seu devido lugar: as relações capitalistas de produção em seu estágio de crise estrutural (Mészáros 1989). Se é fato que a base material, o *hardware social* sob o qual emergem e se consolidam essas novidades tecnológicas é o velho capitalismo, é fundamental lembrar, que este modo social de produção se estruturou a partir do colonialismo.

Embora se fale pouco no assunto, Karl Marx reconhece essa importância ao discutir a “assim chamada acumulação primitiva de capitais”. No capítulo 25, de *O Capital*, intitulado “A teoria moderna da colonização” (Marx 2013, 835-850), o pensador alemão fala da importância das colônias para o desenvolvimento e a universalização das relações de produção capitalista:

O sistema colonial amadureceu o comércio e a navegação como plantas num hibernáculo [...] às manufaturas em ascensão, as colônias garantiram um mercado de escoamento e uma acumulação potenciada pelo monopólio do mercado. Os tesouros espoliados fora da Europa diretamente mediante o saqueio, a escravização e o latrocínio refluíram à metrópole e lá se transformaram em capital. [...] Hoje em dia, a supremacia industrial traz consigo a supremacia comercial. No período manufatureiro propriamente dito, ao contrário, é a supremacia comercial que gera o predomínio industrial. Daí o papel preponderante que o sistema colonial desempenhava nessa época. [...] *Tal sistema proclamou a produção de mais-valor como finalidade última e única da humanidade.* (Marx 2013, 823-824).

É necessário que se aprofundem os estudos sobre essa determinação reflexiva entre capitalismo e colonialismo e, sobretudo, a relevância do racismo para o desenvolvimento e consolidação do capital (Faustino 2021c). Karl Marx, objetivando exemplificar o caráter social da produção de valor, afirmou, em outro lugar, que “um negro é um negro. Só em determinadas relações é que se torna escravo” (Marx 1849, 161).

Frantz Fanon, porém, foi mais longe ao sugerir ser, apenas, em determinadas circunstâncias históricas que alguém é visto em termos raciais. Para ele, “é o branco que cria o negro (*nègre*)” (Fanon 1976, 30) no exato momento em que não reconhece a sua humanidade (Faustino 2013). Esse não reconhecimento foi peça fundamental para a emergência e consolidação da noção moderna de sujeito.

Sem a expropriação das terras indígenas e a escravidão colonial as relações capitalistas de produção nos países clássicos não teriam desenvolvido a ponto de concorrerem vitoriosamente com os antigos modos de produção e, com isso, criarem o caminho para a consolidação das noções de democracia, liberdade e igual dignidade como pressupostos humanos. Entra em cena, aqui, um fenômeno chamado *paradoxo lockeano*. O paradoxo expresso por Locke consiste na contradição implícita ao contratualismo liberal em sua coabitação harmônica, mas não assumida, com o tráfico escravagista. John Locke, considerado como um dos pais da democracia e do direito moderno, entendia a liberdade como atributo ontológico inerente a todos os homens. No entanto, não se furtou a fazer fortuna investindo em empresas holandesas traficantes de escravizados (Góes e Faustino 2022).

O aparente paradoxo – que na verdade é uma contradição – vem de uma pergunta nem sempre feita quando se estuda o liberalismo: como pôde este filósofo criticar a escravidão e defender a liberdade com tanto afinco e ainda assim, ser um entusiasta e beneficiário direto da escravidão?

A resposta dada pela classe social representada por Locke foi simples: o ser humano é livre por natureza e não pode ser escravo, mas o *negro*... não é humano (Faustino 2021). O escravizado moderno não podia ser reconhecido como parte dessa comunidade de contratantes que estruturou o pacto social burguês, sob a pena de poder reivindicar para si o status a ela reservado e, com isso, dismantelar por completo as bases da expropriação originária que compõem a “assim chamada acumulação primitiva de capitais”.

Desse modo, a burguesia iluminista seguiu defendendo a liberdade e a igualdade como atributos ontológicos humanos, a partir de uma crítica metafórica à escravidão, enquanto enriquecia assombrosamente com a escravidão real nas colônias. O colonialismo, necessário à consolidação do capital, é violência em estado bruto onde a exploração e a dominação adquirem características particulares não condizentes àquelas instauradas pela sociabilidade burguesa (Fanon 2022).

Por essa razão, o *status* jurídico do colonizado foi colocado abaixo de um sujeito explorado na sociedade de classes. O colonizado sequer era visto como sujeito, uma vez que a sua condição é reduzida a mero meio de produção. Foi na condição de *objetos* – ou, para sermos mais precisos, seres humanos objetificados – que os povos africanos e indígenas foram inseridos no contexto de universalização do capital, configurando aquilo que Mbembe destacou como *homem-mercadoria*, *homem-meio-de-produção* ou homem-moeda (Mbembe 2018).

Essa inserção particular no processo de desenvolvimento capitalista pressupunha a desumanização e despersonalização quase absoluta, de forma a converter os povos colonizados, tanto objetiva quanto subjetivamente, ao *status* de coisa. A desumanização foi concomitante, e ao mesmo tempo, *conditio* econômica e social *sine qua non* à consolidação da sociedade burguesa e aos seus pressupostos jurídicos “universais”. Aqui, o racismo e a racialização foram elementos ideológicos fundamentais.

A escravização dos povos africanos e indígenas foi possível mediante a destituição de seu *status* de humanidade a partir de uma diferenciação supostamente ontológica e natural. O *negro*, como *coisa/objeto/mercadoria*, é, portanto, uma criação reificada e fantasmagórica desse processo em que o desenvolvimento, expansão e consolidação do capitalismo no mundo, não poderia ser acompanhado da universalização das conquistas advindas do desenvolvimento da sociabilidade burguesa.

O racismo moderno é um fruto amargo do que podemos chamar de universalismo diferencialista. É universalista porque destrói ou antropofagiza tudo o que lhe é exterior, atuando para a conversão da produção de mais valor como “finalidade última e única de toda a humanidade” (Marx 2013), mas é diferencialista porque se pauta pela invenção e imposição de diferenças – supostamente ontológicas – que inviabilizam a universalização das conquistas humanas alcançadas no interior da sociabilidade do Capital.

O racismo não se limita a uma crença inferiorizante, ele atua principalmente, como um *decaimento ontológico* (Faustino 2021a), a compartimentação dual entre humanidade/animalidade, sujeito/objeto, propriedade/proprietário. Associada a esse decaimento, necessário à reprodução colonial-capitalista, encontra-se o fenômeno da racialização cultural e subjetiva. O debate sobre a racialização foi iniciado por Fanon para dar conta dos significados fetichizantes atribuídos a determinados grupos de seres humanos a depender dos lugares sociais a que foram relegados.

Diante dela, a divisão racial do trabalho adquire prerrogativas naturalizadas e essencialistas. Identidades historicamente determinadas como *brancos*, *negros*, *árabes*, *judeus*, *indígenas*, *orientais*, *ocidentais*, *ciganos*, entre outros, passaram a ser tomadas como entidades a-históricas cujo as qualidades éticas, políticas e estéticas, pretensamente essenciais, seriam inescapáveis e intransferíveis (Faustino 2018).

Em decorrência, a partir de uma combinação ética, política e estética que forjou o maior mito identitário da história humana (Faustino 2021b), o significativo branco se tornou símbolo da humanidade universal – sedimentando ideologicamente universalização da produção de mais valor como finalidade última e única de toda a humanidade – enquanto o negro, “da guiné” ou “da terra” passaram a representar o oposto do desenvolvimento e a universalidade: a especificidade, a selvageria, o lúdico e o corpo (Faustino 2013). O árabe, por sua vez, o símbolo do terrorismo, e assim, sucessivamente.

Há, portanto, uma relação histórica entre capitalismo, colonialismo e racismo. Mas esta relação de exploração, violência pautada pelo universalismo diferencialista não se limitou ao período “primitivo” (inicial) do capitalismo mercantil e nem aquele da indústria madura cujo a mão de obra escrava fornecia algodão que alimentava a produção têxtil. A violência colonial se atualiza diante das necessidades dos novos estágios de acumulação capitalista.

O FARDO DO NERD BRANCO E A IDEOLOGIA CALIFORNIANA DA UTOPIA À DISTOPIA

A ideologia californiana das big techs está acompanhada da reabilitação do *fardo do homem branco*:

No livro *A nova era digital*, os senhores Schmidt e Cohen [ex-CEOs da Google] assumem alegremente o fardo do ‘nerd branco’. O texto é cheio de figuras de pele escura convenientes e hipotéticas: pescadores congolenses, designers gráficos de Botsuana, ativistas anticorrupção de San Salvador e criadores de gado analfabetos do povo massai no Serengeti... todos obedientemente convocados para demonstrar as propriedades progressistas dos telefones do Google conectados à cadeia de fornecimento de informações do império ocidental[...]. O livro é uma obra funestamente seminal, e nenhum dos autores parece ter a capacidade de enxergar, e muito menos de expressar, a titânica perversidade centralizadora que estão construindo. (Assange 2015).

O *fardo do nerd branco* também se manifesta, como ideologia, na projeção usual que se faz da figura do hacker, o vingador solitário que age com o faça-você-mesmo (*do it yourself*), que muda o mundo sozinho e tem mais poder de atacar o sistema que uma greve. A figura um geek branco de capuz, em um quarto escuro, rodeado por monitores com códigos indecifráveis, ou do malvado hacker que invade seu notebook, vigora como representação social. Essa ideologia também se manifesta quando grande parte dos estudos sobre colonialismo digital vindos do norte capitalista, não abordam o fenômeno de racismo! Frantz Fanon nos lembra que o racismo não se expressa apenas sobre as ofensas abertamente violentas ou estereotipadas, mas, sobretudo, na suposta universalização dos referenciais particulares europeus. Uma espécie de *identitarismo branco* permite ao pensamento crítico se supor radical sem, contudo, enfrentar as dimensões raciais da exploração de classe (Faustino 2018; 2021a).

O que procuramos chamar a atenção aqui, é que a tendente universalização da “condição negra” narrada por Mbembe (2018) e muitas vezes mobilizada para problematizar o colonialismo digital, não substituiu a diferenciação fenotípica promovida pelo racismo anti-negro. Em resultado, uma vez que todos tendemos (cada vez mais) a ser reduzidos à mercadoria, encontramos no racismo um elemento ideológico que diferencia o preço de cada

mercadoria e, sobretudo, os critérios que definem e autorizam quais delas podem ser descartadas e quais, mesmo quando supérfluas, não são passíveis de tais redução.

Falamos em preço, ao invés de valor, porque o tempo de trabalho socialmente necessário empreendido por um trabalhador negro é o mesmo que o de um branco, já o seu preço no mercado de trabalho não. Mais do que isso, a experiência colonial nos desafia a equacionar a exploração capitalista para além da simples exploração da mais valia, como prevista pela teoria do valor.

Denise Ferreira Silva (2017) revisita os cálculos de Marx, a respeito do valor do linho na revolução industrial, para refletir sobre o valor para a exploração escravista, não contabilizada no cálculo da mais valia. Esse quantum de valor obtido pelo trabalho não pago e não mensurado representa uma parte fundamental da riqueza produzida na modernidade capitalista. Ainda assim, a máxima cantada por Elza Soares não se desatualizou e, em consequência, *a carne mais barata do mercado continua sendo a carne negra*⁵, justamente a que mais contribuiu para o enriquecimento humano genérico a partir de sua exploração em estado bruto. Se há uma colonização digital, ergue-se como prioridade a investigação sobre como e em que medida a racialização se presentifica neste contexto.

O fortalecimento e desenvolvimento dessas pesquisas são feitos por uma sólida rede intelectual, em constante desenvolvimento. Falamos do brilhante trabalho do Professor Tarcizio Silva⁶ (2019), Joy Buolamwini (2018), a Professora Safiya Umoja Noble (2018), e a pensadora etíope Abeba Birhane (2020) entre outros. Como já foi discutido, algoritmos são produções humanas e, portanto, atravessados por tradições, valores subjetivamente e intersubjetivamente partilhados (Silva 2019), mas, sobretudo, com finalidades historicamente determinadas.

[...] grupos de cientistas, teóricas e ativistas da comunicação e tecnologia apontaram os processos pelos quais a construção tanto das tecnologias digitais de comunicação quanto da ideologia do Vale do Silício são racializadas, a partir de uma lógica da supremacia branca[...]
(Silva 2020, 129)

Faz-se necessário, neste sentido, nos interrogarmos sobre quais noções de humano e de humanidades povoam as formulações, designers e técnicas no campo das humanidades digitais. Frantz Fanon (2020) nos lembra que a sociabilidade burguesa, também entendida em seus aspectos culturais e ideológicos como modernidade, foi marcada, em primeiro lugar, pela produção de uma nova ética, política e estética que forjam uma noção de humano e de pessoa pautada no reconhecimento do indivíduo (burguês) como inalienavelmente livre e universalmente iguais em direitos e dignidade. Mas, ao mesmo tempo, pela impossibilidade de reconhecer essa igualdade, liberdade e universalidade, logo, essa humanidade, nos povos colonizados. O colonialismo é marcado por uma forma de dominação total que suspende ou até interdita o reconhecimento da humanidade do colonizado (Faustino, 2021a). Esse fenômeno, nomeado em outro lugar como “paradoxo lockeano” (Faustino e

⁵ Letra e música completa podem ser acessadas em: <<https://www.letras.mus.br/elza-soares/281242/>>. Acesso em: 21 jan. 2023.

⁶ Ver a pesquisa documental realizada pelo Prof. Tarcizio, uma grande referência para este debate: SILVA, Tarcizio. Linha do Tempo do Racismo Algorítmico. *Blog do Tarcizio Silva*, 2020. Disponível em: <<http://https://tarciziosilva.com.br/blog/posts/racismo-algoritmico-linha-do-tempo>>. Acesso em: 12 de jan. de 23.

Lippold, 2022) é a marca da sociabilidade burguesa e de seu desenvolvimento humano e tecnológico.

Para Samir Amin (1989), a ruptura moderna com a velha metafísica escolástica e a eleição do humano como o novo demiurgo da história é atravessada por um tipo de universalismo diferencialista que ele chama de eurocentrismo. É universalista porque é pautada pelo apagamento de outras culturas, epistemes, modos de produção e reprodução da vida em favor da expansão global e irrestrita das relações capitalistas de produção. Aqui, na guinada moderna, o Branco, a Europa e Ocidente, são representados como o caminho, a verdade e a vida e ninguém vem ao fogo prometeico da tecnologia se não for pela modernização ocidental. Ao mesmo tempo, é diferencialista porque o desenvolvimento desigual e combinado da expansão capitalista não pode universalizar a a liberdade, a igualdade e a democracia própria ao contrato social burguês, sob o custo inaceitável de minar as bases econômicas de seu humanismo: o colonialismo, a escravidão, a rapinagem e o genocídio. Assim, o eurocentrismo é universalização “imposta, não proposta” (Fanon, 1956) de uma noção de humano próprio à particularidade sócio-metabólica e, ao mesmo tempo, a interdição do reconhecimento do colonizado, suas tecnologias e visão de mundo, como parte desta noção de humano (Faustino, 2021a).

Em 2021, o NEABI do Campus Avançado Ubá, promoveu uma palestra com o pesquisador Tarcízio Silva, onde ele falou dos cinco pilares do racismo algorítmico:

1. *Looping de feedback*: o modo como sistemas de inteligência artificial promove vieses de discriminação racial já existentes na sociedade. Cita como exemplos os sistemas de reconhecimento de objeto (aprendizado de máquinas) e imagens que tendem a incorporar os vieses raciais e fazer associações racializadas.
2. *Humanidade diferencial*: o modo como o racismo acaba promovendo o grupo hegemônico em detrimento de minorias, consolidando uma espécie de distribuição racial do sistema tecnológico.
3. *Paradoxo entre invisibilidade e hipervisibilidade*. Baseado nos estudos de Joy Buolamwini sobre a *disparidade interseccional*, ele argumenta que o racismo pode se manifestar, de um lado, no não reconhecimento correto do traço de mulheres negras nos app de reconhecimento lúdico ou funcionais, e do outro lado, a hipervisibilidade negra nas formas de dominação e controle. Como exemplo, Silva lembra que 90,5% das pessoas presas por reconhecimento facial no Brasil são pessoas negras.
4. *Colonialidade global no negócio da tecnologia*. Segundo Tarcízio, grandes empresas de big tech colonizam infra-estruturas tecnológicas em alguns países menos conectados, de forma a restringir o acesso desses povos ao seu monopólio. Um exemplo famoso, é a oferta de internet gratuita e de baixa qualidade pela Google e o Facebook, para países com baixíssima conexão, como Gâmbia, Sri Lanka, no entanto, o preço cobrado é que as pessoas só podem acessar os produtos dessas mesmas empresas ao invés de terem o acesso ilimitado à internet. Essa proposta chegou a ser apresentada pelo Facebook ao Brasil, mas foi rejeitada pela então Presidente Dilma.
5. *Colonialidade de campo*. O pesquisador observa como as disciplinas do campo da informação tendem a negligenciar a presença do racismo em seus objetos de estudo e formação de profissionais, professores e novos pesquisadores.

Esses elementos colocam o desafio de discutir não apenas as tecnologias, em si, mas, especialmente, os usos, tipo de programação e a finalidade que lhes estruturam⁷. Embora a lógica do Capital oriente os desenhos tecnológicos que caminhe na direção da maximização dos lucros e não para atender as necessidades humanas, convém lembrar que a determinante econômica não impede que as tecnologias incorporem as contradições sociais de uma dada época, como é o caso do racismo, do machismo, da homofobia, do racismo religioso, entre outros (Queiroz; Queluz 2011).

[...] Nos ambientes digitais, entretanto, temos um desafio ainda mais profundo quanto à materialidade dos modos pelos quais o racismo se imbrica nas tecnologias digitais através de processos “invisíveis” nos recursos automatizados como recomendação de conteúdo, reconhecimento facial e processamento de imagens.[...]” (Silva 2020, 130).

Este aspecto é importante para o argumento aqui assumido. Se os códigos são, mesmo em sua tendente automação, padrões socialmente determinados, o termo “racismo algorítmico” não tenderia a escamotear a autoria do racismo, transferindo-a para os códigos enquanto oculta os seus programadores, esse sim humanos formados e informados por dadas relações sociais de poder? Acreditamos, portanto, que a noção de *racialização codificada* ou *racialização digital* possa ser mais abrangente para dar conta da explicitação do contexto material de desenho dos algoritmos de forma a evidenciar a seletividade racial dos cargos técnicos em empresas de programação, a distribuição social desigual de prestígio entre produtores de conteúdo digitais na internet⁸ e codificação naturalizada dos discursos e estética racistas nas mídias sociais e bancos de imagem digitais.

Convém destacar, ainda, a racialização codificada em aplicativos de reconhecimento facial, ao não identificarem os traços negros com precisão (Noble 2018) e, sobretudo, uma certa eugenia política (Silveira 2020) presente no “aprendizado de máquinas”. A eugenia se materializa tanto na utilização

⁷ O poder de apagamento e invisibilização por um lado, e hipersexualização e exposição por outro, são analisado por Silva (2020, 140): “Buscadores de informação, websites e imagens são uma tecnologia essencial para o uso contemporâneo da internet por pessoas comuns e profissionais. Em grande medida, indicadores mostram que a maior parte das pessoas não navega por muitas páginas, focando nos primeiros resultados. Portanto, a ordem dos resultados – definida algorítmicamente – tem papel relevante na reprodução de representações e acesso a informações consoantes ou dissonantes de olhares hegemônicos ou contra-hegemônicos. O trabalho supracitado de Noble (2013, 2018) argumenta sobre perigos da hipervisibilidade negativa e hiper-sexualizada enquanto outros trabalhos (Aiello, 2016; Mintz, Silva et al, 2019) tratam também da invisibilidade. É o caso do projeto “Vamos conversar, bancos de imagens?” do coletivo Desabafo Social. Através de vídeos mostrando o procedimento de buscas em bancos de imagens como Shutterstock, Getty Images, iStock e DepositPhotos, o coletivo exhibe como o resultado para termos simples como “família” ou “bebês” mostra praticamente apenas pessoas brancas. No caso dos bancos de imagens, o seu consumo é feito por milhares de produtores de conteúdo, o que pode gerar um efeito em cascata: publicitários, blogueiros e jornalistas sem recursos para produção própria de imagens tenderão a usar imagens não-representativas da diversidade brasileira, piorando os índices de modo geral. Pierce e colaboradores apontaram a questão das microagressões em análise quantitativa de categorias de representação em mídia, concluindo que os anúncios televisivos se tornam uma ‘plethora of sources which spew out microaggressions through offensive mechanisms’ (PIERCE et al, 1977)”.

⁸ PROPMARK. Influenciadores negros têm menor participação em campanhas. Disponível em: <<https://propmark.com.br/digital/influenciadores-negros-tem-menor-participacao-em-campanhas/>>. Acesso em: 12 de jan. de 23.

estética e cultural branco-ocidental como parâmetro de humanidade quanto na exclusão ou desigualdade do acesso às tecnologias informacionais.

Se retomarmos a máxima segundo o qual todos somos ciborgues, pode-se supor os efeitos das desigualdades sócio-raciais no acesso à maximização e potencialização cérebro-corpórea que o emprego das novas tecnologias e suas redes neurais possibilitam, criando, assim, novas hierarquias bio-econômicas-raciais. Isso para não falar na distribuição racial desigual do acesso à internet e seus meios materiais de existência – infraestrutura física, computador, celular, etc. A pandemia de Covid-19 explicitou o abismo entre estudantes brancos e negros no que concerne ao acesso aos meios necessários ao ensino remoto (Ferreira 2020).

Por fim, é válido comentar a captura das agências políticas para fins de engajamento e confinamento em bolhas identitárias, o que não é exclusividade do associativismo negro. Este aspecto é delicado, porque, de um lado, essas tecnologias apresentam-se como novas formas de dominação, cooptação e controle sobre a sociedade, mas também, ao mesmo tempo, ofereceram oportunidade para novas formas de agência política⁹. A expansão do acesso à internet reconfigurou irreversivelmente o jogo político em todo o mundo, descentralizando relativamente à possibilidade da fala, colaboração e criatividade, ainda que as possibilidades de escuta permaneçam centralizadas por algoritmos racializados.

A pergunta que cabe fazer é: em que medida o ativismo quando restrito às grandes plataformas privadas – fornecidas pelos grandes monopólios informacionais – representa realmente uma subversão da ordem estabelecida ou apenas mais uma estratégia de ampliação de tempo de permanência dos usuários em seu interior, com vistas às já anunciadas finalidades de extração e venda de dados? Poderiam as ferramentas do Senhor desmantelar a casa grande? (Lorde 1984).

Os primórdios da internet pareciam nos oferecer uma ferramenta definitivamente libertária, seria uma democratização do acesso ao conhecimento, um processo de desterritorialização que uniria os usuários na “aldeia global”. Como vimos, inicialmente, a internet era uma tecnologia militar e das universidades estadunidenses ligadas diretamente ao orçamento militar de defesa. Todavia, as tecnoutopias, foram dando lugar à um crepúsculo da liberdade na rede ao subsumir-se na plataformização da vida. Vigilantismo digital, ciberarmas que espionam dissidentes, como o *Pegasus* israelense, criado pela NSO¹⁰, a mercantilização da vida, a transformação da experiência de vida e da expertise dos trabalhadores em código binário.

A história da tecnologia manifesta-se como fruto do trabalho humano, das relações de produção vigentes, ao longo da história e de certo nível de forças produtivas. Cada revolução tecnológica, principalmente as ligadas a comunicação, enfrenta o antagonismo, entre controle versus democratização. Alguns exemplos são a prensa mecânica criada na China por Bi Sheng, no século XI, séculos depois difundida para Europa por Gutenberg e as tentativas de controle da tecnologia do livro, pela Igreja através do *index librorum prohibitorum*, e pelo capitalismo, com a criação da propriedade intelectual, *copyright*. Do mesmo modo, a tecnologia da radiodifusão, tão bem analisada por Brecht em sua teoria sobre o rádio (Frederico 2012).

⁹ O caso do ciberativismo das mulheres negras no Brasil é um exemplo fundamental. Ver em: Fernandes, 2019.

¹⁰ Grupo de contra inteligência cibernética do Governo de Israel.

A ideologia que impera no mundo digital foi aquela que emergiu das entranhas das corporações do Vale do Silício, que consiste segundo Leo Foletto (2018, 5) em

[...] uma improvável mescla das atitudes boêmias e antiautoritárias da contracultura da costa oeste dos EUA com o utopismo tecnológico e o liberalismo econômico. Dessa mistura hippie com yuppie nasceria o espírito das empresas .com do Vale do Silício, que passaram a alimentar a ideia de que todos podem ser “hip and rich” – para isso basta acreditar em seu trabalho e ter fé que as novas tecnologias de informação vão emancipar o ser humano ampliando a liberdade de cada um e reduzir o poder do estado burocrático.

Barbrook e Cameron (2018, 12) definiram a ideologia californiana como uma “nova fé” que “[...] emergiu da bizarra fusão de boemia cultural de São Francisco com as indústrias de alta tecnologia do Vale do Silício.” Foi amplamente difundida com cultura do faça você mesmo” (*do it yourself*) promovida pela mídia hegemônica estadunidense¹¹ a partir de um escamoteamento da história da Califórnia, ou seja, o extermínio dos indígenas, escravização dos africanos e subalternização dos mexicanos. “[...]Sua visão utópica da Califórnia depende de uma cegueira voluntária frente a outras – e muito menos positivas – características da vida na costa oeste: racismo, pobreza e degradação do meio ambiente. [...]” (Barbrook e Cameron 2018, 12-13).

Uma das principais contradições da ideologia californiana é o culto ao livre mercado, e o anti-estatismo, sendo que grande parte dos investimentos na internet foram estatais, via militares e universidades. Além disso, professa a crença ideológica no Robison Crusoe capitalista. A imagem de um hacker solitário lutando contra o sistema, idealizado pela literatura cyberpunk, não deixa de reproduzir a ideologia do *self made man* e do *do it yourself* da ideologia californiana. O hacktivism atual compreende a força do agir coletivo, da coletividade (Barbrook e Cameron 2018).

O elemento que uniu nova direita e nova esquerda na costa oeste, é a defesa de uma democracia jeffersoniana, com ideias oriundas de um escravista e latifundiário da Virgínia, que assentou a liberdade dos brancos sobre a escravização negra. Para Thomas Jefferson, o negro é um ser humano, mas antes de tudo é uma propriedade, e o direito sagrado da propriedade não poderia ser violado (Barbrook e Cameron, 2018). As contradições envolvendo classe e raça na costa oeste, continuaram a se manifestar na ideologia californiana, pois a classe virtual foi formada por brancos, que em geral se retiram para seus bairros vigiados e segregados dos negros e hispânicos¹². Não podemos deixar de lembrar

¹¹ “[...] Promovida em revistas, livros, programas de televisão, páginas da rede, grupos de notícias e conferências via Internet, a Ideologia Californiana promiscuamente combina o espírito desgarrado dos hippies e o zelo empreendedor dos yuppies. Este amálgama de opostos foi atingido através de uma profunda fé no potencial emancipador das novas tecnologias da informação. Na utopia digital, todos vão ser ligados e também ricos. Não surpreendentemente, esta visão otimista do futuro foi entusiasticamente abraçada por nerds de computador, estudantes desertores, capitalistas inovadores, ativistas sociais, acadêmicos ligados às últimas tendências, burocratas futuristas e políticos oportunistas por todos os EUA.” (Barbrook e Cameron 2018, 12)

¹² “[...] Os desvalidos só participam da era da informação fornecendo mão-de-obra barata e não sindicalizada para as insalubres fábricas das manufaturas de chips do Vale do Silício. Mesmo a construção do ciberespaço pode tornar um fator essencial da fragmentação da sociedade americana em classes antagonistas racialmente determinadas. Já isolados por companhias telefônicas sedentas de lucro, os habitantes das áreas urbanas centrais pobres são agora

das palavras de Fanon, acerca da compartimentação racializada do espaço colonial, a cidade do colono e a cidade do colonizado.

APONTAMENTOS PARA A DESCOLONIZAÇÃO DOS HORIZONTES TECNOLÓGICOS

O fenômeno da descolonização tecnológica e das mídias na Revolução Argelina (1954-1962) foi um dos temas analisados por Fanon (1976) em *Sociologia de uma Revolução*. As experimentações com a radiodifusão, com zines e jornais, foram de vital importância para a consolidação da Frente de Libertação Nacional a tática de internacionalização do conflito. O próprio Fanon participou de um jornal com autoria anônima, que formou um sujeito coletivo e uma rede intelectual que circulava ideias revolucionárias, tratava-se da redação do *El Moudjahid*, sediada em Túnis (Lippold 2022).

A primeira tese brasileira sobre Fanon foi defendida pelo Professor Ivo Queiroz (2013) e apresentou o revolucionário martinicano como um dos fundadores das CTS - Estudos sobre Ciência, Tecnologia e Sociedade. Fanon antecipa importantes debates apresentados pela CTS ao recusar, em primeiro lugar, uma visão neutralista da tecnologia. Nos escritos fanonianos, argumenta Queiroz, são substanciais as referências ao lugar político das tecnologias nos processos de dominação colonial, principalmente na obra *Sociologia de uma Revolução* (Fanon 1976). O pensamento de Fanon é pioneiro na análise do fenômeno da descolonização dos horizontes tecnológicos, por isso sua importância para as humanidades digitais.

A crítica hacker-fanoniana nasce do entrecruzamento entre os estudos fanonianos e o hacktivism, propõe uma prática social de descolonização dos horizontes tecnológicos que se origina dos fundamentos coletivistas da pedagogia hacker, presentes nos clubes hackers e no movimento do software livre (Menezes 2018). Acompanhamos com muito interesse a criação do Núcleo de Tecnologia do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) que efetiva na praxis a descolonização da tecnologia, e um possível modelo do que chamamos perilabs, laboratórios de periferia, quilombos hacker-fanonianos de engenharia reversa da tecnologia e da teoria, da produção de conhecimento.

Em um cenário *low life high-tech*, passamos da esperança plena de uma cibercultura libertária para o pessimismo de mundo do vigilantismo digital, onde a alta tecnologia é utilizada de modo tecnopolítico para a difusão de desinformação

ameaçados de exclusão dos novos serviços online pela falta de dinheiro. Em contraste, membros da “classe virtual” e outros profissionais podem brincar de ser ciberpunks dentro da hiperrealidade sem ter de encontrar algum de seus vizinhos empobrecidos. Em paralelo às sempre maiores divisões sociais, outro apartheid está sendo criado entre os “ricos de informação” e os “pobres de informação”. Nesta democracia jeffersoniana de alta tecnologia, a relação entre senhores e escravos resiste sob uma nova forma. (Barbrook e Cameron 2018, 31)

No mundo pós-digital, o discurso da história passou a conviver com registros que antes não encontravam lugar no espaço público. O que parecia uma oportunidade para vozes subalternas e silenciadas demonstrou-se também um terreno fértil às teorias da conspiração, às fake news, aos discursos de ódio, aos negacionismos e à manipulação das emoções. Como ocorre com todos os cientistas, a autoridade do historiador hoje precisa competir com narrativas não credenciadas por fontes confiáveis. Ao mesmo tempo, a mentira e o insulto parecem mais ressonantes e convincentes do que a evidência.”

(Varella e Bonaldo 2021, 2)

Não obstante, a esperança e crença em um ciberespaço livre, dentro do espírito hacker, teima em continuar viva. Vemos o exemplo concreto de ações de descolonização da tecnologia como o trabalho fundamental de grupos de wikipedistas. Sempre atacada na academia, a Wikipedia é em dos resquícios de uma época que acreditávamos na produção de conhecimento dentro do espírito hacker. Apesar de hoje, com a acumulação primitiva de dados empreendida pelas I.A.s e algoritmos, refletirmos sobre como a wikipedia tem sido usada pelo chatgpt4 com navegação, e pelo Bing, turbinado com essa I.A.. Dentro das possibilidades da Wikipedia, nós mesmos ministramos oficinas para turmas de mulheres e do movimento LGBTQIAPN+ pela Wikimedia Foundation de Portugal, em 2018 e 2019, e para acadêmicos na IUL-ISCTE, em Lisboa. Assim conhecemos por dentro o fascinante mundo dos wikipedistas e suas possibilidades. Acompanhamos, nesse sentido, o excelente trabalho produzido pelo Grupo Teoria da História na Wikipedia, principalmente a curadoria efetivada pela Profa. Dra. Fernanda Oliveira (UFRGS) no *Mais Pretas em Teoria da História na Wiki*.

O desafio que se coloca, parafraseando Bianka Kremer Correa em seus estudos sobre os viesses raciais algorítmicos, é a amefricanização das humanidades digitais. *Améfrica Ladina* é o termo cunhado por Lélia Gonzalez para definir a sociabilidade nos trópicos. Na contramão de autores como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda que identificavam uma certa ambiguidade na colonização ibérica, supostamente marcada pela cordialidade e assimilação da cultura latina, Gonzalez destaca a violência desse projeto assimilacionista enfatizando, sobretudo, a subversão negra e indígena diante dele. Para ela, não falamos português, mas sim o *pretuguês*, forjado na calibanização (Faustino, 2021) da língua e dos signos coloniais, torcendo e até frustrando o projeto de latinização das Américas. Tal como Calibans insurgentes contra os prósperos colonizadores, forjou-se ambigualmente uma sociabilidade ladina e, portanto, amefricanizada. A proposição amefricana de Bianka Kremer Corrêa para as novas tecnologias digitais vai ao encontro de uma crítica hacker-fanoniana ao nos inspirar a reivindicar uma humanidade digital em pretuguês.

REFERÊNCIAS

- AMIN, Samir. *Eurocentrismo*. Crítica de una ideologia. México D.F.: Siglo XXI editores, 1989.
- ASSANGE, Julian. *Wikileaks*: quando o google encontrou o wikileaks. Tradução Cristina Yamagami. Prefácio de Sérgio Amadeu. São Paulo: Boitempo, 2015.
- BARBROOK, Richard; CAMERON, Andy. *A Ideologia Californiana*: uma crítica ao livre mercado nascido no vale do sílicio. União da Vitória: Monstro dos Mares e Baixacultura, 2018. 44 Traduzido por Marcelo Träsel - Introdução e revisão de

- Leonardo Foletto - Capa e diagramação por Vertov Rox. Disponível em: <<https://baixacultura.org/loja/a-ideologia-californiana/>>. Acesso em: 11 nov. 2022.
- BIRHANE, Abeba. Colonização Algorítmica da África. SILVA, Tarcízio (org.). *Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: Olhares afrodiaspóricos* São Paulo: LiteraRUA, 2020.
- BUOLAMWINI, Joy; GEBRU, Timnit. Gender Shades: intersectional Accuracy disparities in comercial gender classification. *Proceedings of Machine Learning Research* 81:1–15, 2018.
- CÂMARA, S.; BENICIO, M. HISTÓRIA DIGITAL: entre as promessas e armadilhas da sociedade informacional. *Revista Observatório*, v. 3, n. 5, p. 38–56, 1 ago. 2017. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/3596>> Acesso em: 07 jun. 2023.
- CORRÊA, Bianca Kremer Nogueira. *Direito e tecnologia em perspectiva ameíricana: autonomia, algoritmos e vieses raciais*. 2021. 299 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Direito, Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/58993/58993.PDF>>. Acesso em: 03 fev. 2023.
- FANON, Frantz. *Sociologie d'une révolution*. Paris: Maspero, 1968.
- FANON, Frantz. *Sociologia de una Revolución*. Tradução de Víctor Flores Olea. 3ª ed. México D.F.: Ediciones ERA S.A., 1976.
- FANON, Frantz. *Pele Negra Máscaras Brancas*. Tradução Sebastião Nascimento com colaboração de Raquel Camargo; prefácio de Grada Kilomba; posfácio de Deivison Faustino; textos complementares de Francis Jeanson e Paul Gilroy. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
- FANON, Frantz. *Por uma Revolução Africana*. Textos Políticos. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Prefácio Deivison Faustino. Rio de Janeiro: Zahar, 2021a.
- FANON, Frantz. *Escritos Políticos*. Tradução Monica Stahel; prefácio de Deivison Faustino. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021b.
- FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Tradução Lúgia Fonseca. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.
- FAUSTINO, Deivison. A emoção é negra e a razão é helênica? Considerações fanonianas sobre a (des)universalização. In: *Revista Tecnologia e Sociedade* (Online), v. 1, p. 121-136, 2013.
- FAUSTINO, Deivison. Frantz Fanon: capitalismo, racismo e a sociogênese do colonialismo. *SER Social*, [S. l.], v. 20, n. 42, p. 148–163, 2018. DOI: 10.26512/ser_social.v20i42.14288. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14288>. Acesso em: 11 dez. 2022.
- FAUSTINO, Deivison. A “interdição do reconhecimento” em Frantz Fanon: a negação colonial, a dialética hegeliana e a apropriação calibanizada dos cânones ocidentais. *Revista de Filosofia Aurora*, [S.l.], v. 33, n. 59, ago. 2021a. ISSN 1980-5934. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/aurora/article/view/28065>>. Acesso em: 21 jan. 2022.
- FAUSTINO, Deivison. Por uma crítica ao identitarismo (branco). in: Guerra, A. *A psicanálise em elipse colonial*. São Paulo: n1 edições: 2021b.
- FAUSTINO, Deivison. OLIVEIRA, Leila Maria de. Xenoracismo o xenofobia racializada? Problematizando a hospitalidade seletiva aos estrangeiros no Brasil. *REMHU*, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum., Brasília, v. 29, n. 63, dez. 2021c, p. 193-210. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/remhu/a/WhQNMSS8L6RsKwVWkFR68tg/?lang=pt>> Acesso em: 10 jan. 2023.
- FAUSTINO, Deivison. *Fanon e as encruzilhadas*. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

- FAUSTINO, Deivison; LIPPOLD, Walter. *Colonialismo Digital: por uma crítica hacker-fanoniana*. Prefácio de Sérgio Amadeu. São Paulo: Boitempo Editorial, 2023.
- GÓES WL, FAUSTINO DM. Capitalism and Racism in the Longue Durée: An Analysis of Their Reflexive Determinations. *Agrarian South: Journal of Political Economy*. February 2022. doi:10.1177/22779760211073683
- FOLETTTO, Leonardo. Introdução. BARBROOK, Richard; CAMERON, Andy. *A Ideologia Californiana: uma crítica ao livre mercado nascido no vale do silício*. União da Vitória: Monstro dos Mares e Baixacultura, 2018. 44 Traduzido por Marcelo Träsel - Introdução e revisão de Leonardo Foletto - Capa e diagramação por Vertov Rox. Disponível em: <<https://baixacultura.org/loja/a-ideologia-californiana/>>. Acesso em: 12 nov. 2022.
- GONZALEZ, Léia. . 2020. *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos*. Rio Janeiro: Zahar. 375 pp.
- FERNANDES, Nathaly Cristina. Mulheres negras e o espaço virtual: novas possibilidades de atuações e resistência. In: *Cad. Gên. Tecnol.*, Curitiba, vol. 12, n° 40, p. 132-142, jul./dez., 2019.
- FERRARI, Terezinha. *Fabricalização da cidade e ideologia da circulação*. São Paulo: Outras expressões, 2012.
- FERREIRA, Suiane Costa. Apartheid digital em tempos de educação remota: atualizações do racismo brasileiro. In: *Interfaces Científicas*, Aracaju, vol.10, n° 1, pp. 11–24, – 2020.
- FORTES, A.; ALVIM, L. G. M. Evidências, códigos e classificações: o ofício do historiador e o mundo digital. *Esboços: histórias em contextos globais*, v. 27, n. 45, p. 207–227, 19 jun. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2020.e68270>> Acesso em: 06 jun. 2023.
- FREDERICO, C. Brecht e a “Teoria do rádio”. *Estudos Avançados*, v. 21, n. 60, p. 217–226, ago. 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/gxp4C45HCKhLJBrqNV9t6Xw/?lang=pt>> Acesso em: 27 dez. 2022.
- KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- KOSTECZKA, L. A. P. História Digital na Era das Big Tech. *Revista Aedos*, v. 12, n. 27, p. 641–669, 9 abr. 2021. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/104187>> Acesso em: 08 jun. 2023.
- LAITANO, B. G. (Con)figurações do historiador em um tempo marcado pela disrupção tecnológica. *Esboços: histórias em contextos globais*, v. 27, n. 45, p. 170–186, 19 jun. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2020.e67217>> Acesso em: 05 jun. 2023.
- LÉVY, Pierre. *O que é virtual?* Tradução Paulo Neves, São Paulo: Editora 34, 1996.
- LIPPOLD, Walter; FAUSTINO, Deivison. Colonialismo digital, racismo e acumulação primitiva de dados. *Germinal: marxismo e educação em debate, [S. l.]*, v. 14, n. 2, p. 56–78, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/49760> . Acesso em: 6 janeiro. 2023.
- LIPPOLD, Walter. A África de Fanon: atualidade de um pensamento libertário. In: MACEDO, José Rivair (org.). *O Pensamento Africano no Século XXI*. São Paulo: Outras Expressões, 2016. p. 199-228. 1ª Reimpressão: março de 2017.
- LIPPOLD, Walter. *Fanon e a Revolução Argelina*. 3ª ed. revisada e ampliada. Niterói: Editora Proprietas/INCT/CNPq/FAPERJ, 2022.
- LORDE, Audre. The Master's Tools Will Never Dismantle the Master's House, extraído do livro *Sister Outsider, The Crossing Press Feminist Series (1984)* Disponível em: <<http://lists.econ.utah.edu/pipermail/margins-to-centre/2006-March/000794.html>>. Acesso em: 02 jan. 2022.

- MALDONADO-TORRES, N. A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 80, p. 71–114, 1 mar. 2008.
- MARX, Karl. *Trabalho Assalariado e Capital*. Tomo 1, 1849.
- MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Livro 1. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MENEZES, Karina Moreira. *PIRÂMIDE DA PEDAGOGIA HACKER* =: [vivências do (in)possível]. 2018. 178 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pedagogia, Faculdade de Educação, Ufba, Salvador, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/27168/3/Kamenezes_P2H_Entrega_RepositorioUFBA.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2023.
- MÉSZÁROS, István. *Produção destrutiva e Estado capitalista*. São Paulo: Ensaio, 1989.
- NOBLE, Safiya Umoja. *Algorithms of oppression: How search engines reinforce racism*. In: NYU Press, 2018
- QUEIROZ, Ivo; QUELUZ, Gilson. Presença africana e teoria crítica da tecnologia: reconhecimento, designer tecnológico e códigos técnicos. In: *Simpósios Nacionais de Tecnologia e Sociedade*, 2011.
- QUEIROZ, Ivo Pereira de. *Fanon, o reconhecimento do negro e o novo humanismo* : horizontes descoloniais da tecnologia Tese (Doutorado) Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-graduação em Tecnologia. Curitiba, 2013.
- SILVA, Denise Ferreira. *A dívida impagável: lendo cenas de valor contra a flecha do tempo*. São Paulo: Oficina de Imaginação Política, 2017. Disponível em: <<https://casadopovo.org.br/wp-content/uploads/2020/01/a-divida-impagavel.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2022.
- SILVA, Tarcízio. Racismo algorítmico em plataformas digitais: microagressões e discriminação em código. In: *Simpósio Internacional LAVITS*, 2019.
- SILVA, Tarcízio. Racismo Algorítmico em plataformas digitais: microagressões e discriminação em código. SILVA, Tarcízio (ORG.). *Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: Olhares afrodiaspóricos*. São Paulo: LiteraRUA, 2020.
- SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. [Entrevista] Felipe Padilha e Lara Facioli. Colonialismo tecnológico ou como podemos resistir ao novo eugenismo digital. In: *Estud. sociol. Araraquara* vol. 25, nº 48, pp. 363-378, jan./jun. 2020.
- TELLES, H. V. História Digital, Sociologia Digital e Humanidades Digitais: Algumas questões metodológicas. *Revista Observatório*, v. 3, n. 5, p. 74–101, 1 ago. 2017.
- VALENCIA, Sayak. *Capitalismo Gore*. Control económico, violencia y narcopoder. México D.F.: Paidós, 2019.
- VARELLA, F. F.; BONALDO, R. B. Todos podem ser divulgadores?: Wikipédia e curadoria digital em Teoria da História. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 47, n. 2, p. e38806, 31 ago. 2021.

Que humano é esse das humanidades digitais?

Por uma crítica hacker-fanoniana ao fardo do nerd branco

Artigo recebido em 28/02/2023 • Aceito em 28/05/2023

DOI | [doi.org/ 10.5216/rth.v26i1.76256](https://doi.org/10.5216/rth.v26i1.76256)

Revista de Teoria da História | issn 2175-5892



Este é um artigo de acesso livre distribuído nos termos da licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o trabalho original seja citado de modo apropriado